

BC surpreende e reduz a taxa de juros após apelo de Dilma

Dividida, diretoria do banco anuncia corte de 0,5 ponto, para 12%

• Por cinco votos a dois, a diretoria do Banco Central aprovou a redução da taxa básica de juros de 12,50% para 12%, após cinco altas consecutivas. A baixa dos juros surpreendeu o mercado, que previa manutenção da Selic. Na véspera, de 11 instituições ouvidas, todas apostavam que a taxa continuaria em 12,5%, diante da alta da inflação. No mesmo dia, a presidente Dilma Rousseff defendera abertamente o corte nos juros, o que foi interpretado por analistas como uma

ingerência política no Banco Central. Num longo comunicado ao mercado, divulgado após a reunião, o BC tenta justificar o corte dizendo que houve uma "substancial deterioração do cenário internacional", com uma crise que pode demorar mais que o previsto, o que reduziria de forma significativa as pressões inflacionárias no Brasil. Dilma quer baixar os juros reais (descontada a inflação) de 6,5% para 2% a 3% ao ano.

Páginas 23 a 25 e Míriam Leitão



Por essa ninguém esperava

Após fala de Dilma, BC contraria todas as previsões e reduz taxa básica em 0,5 ponto. Analistas veem sinal de fraqueza

Gabriela Valente

valente@bsb.ogfobo.com.br

BRASÍLIA e SÃO PAULO

Um dia depois de a presidente Dilma Rousseff afirmar querer o início dos cortes dos juros básicos da economia, o Banco Central (BC) surpreendeu até os mais otimistas e reduziu em 0,5 ponto percentual da Taxa Selic, para 12% ao ano. A decisão polêmica dividiu o Comitê de Política Monetária (Copom). Dos sete diretores, dois votaram pela manutenção da Selic em 12,5% ao ano.

— Estou chocado, nem sei o que pensar e jamais considere que isso pudesse acontecer — disse o economista do Banco Votorantim, Roberto Padovani — É uma ruptura que reduz a transparência e aumenta a dificuldade de se prever os próximos passos da política monetária.

Para o chefe do Departamento de Economia da UFRJ, João Saboia, a interferência política mostra a fragilidade do BC:

— O BC precisa mostrar independência. Diminuir juros agora é passar uma noção de fraqueza.

No comunicado inédito de duas páginas, o comitê argumenta que houve uma deterioração substancial do cenário internacional e a crise pode demorar mais que o previsto, o que reduz de forma importante as pressões in-

flacionárias no Brasil. Para o Copom, o aumento da meta de superávit primário neste ano também contribuirá para o controle dos preços.

Um integrante da equipe econômica reconheceu que houve pressões para a taxa cair não apenas do governo, mas de toda a sociedade. Mas, garantiu, a decisão foi tomada com base em critérios técnicos. Essa fonte lembrou que, desde o início do ano, o BC vem tomando medidas para restringir o crédito e espera desaceleração da inflação a partir deste mês. O Copom alega que vai acompanhar os desdobramentos do cenário internacional para definir os próximos passos na sua estratégia.

Para economistas, corte é prematuro

• A decisão interrompeu o ciclo de cinco altas seguidas dos juros, que somaram 1,75 ponto percentual e tiveram forte impacto no crédito. Na média, o custo dos empréstimos para o consumidor e as empresas subiu de

35% para 39,7% ao ano desde o início do governo até o mês passado.

A reunião de ontem era considerada a chave para os próximos passos da política monetária. Mesmo antes do resultado surpreendente, o encontro já era classificado como o mais tenso sob comando de Alexandre Tombini, pelos sinais contraditórios da economia. A inflação em 12 meses está em 6,87%, acima do teto da meta, de 6,5%, apesar da queda dos preços internacionais de alimentos. E, devido à crise global, as projeções para o crescimento vêm caindo há quatro semanas. Analistas esperam 3,79% neste ano, e o BC, 4%.

O Congresso acena com mais gastos. Por outro lado, o governo prometeu poupar a arrecadação extra deste ano para pagar juros da dívida, em vez de gastá-la e dar mais combustível para a inflação. Mas, durante a reunião do Copom, o governo anunciava que em 2012 — ano eleitoral — vai diminuir a meta do esforço fiscal e liberar gastos. O Palácio do Planalto não quer nem pensar em repetir o erro de 2008, quando o BC demorou a cortar juros e a economia parou de crescer.

Para o economista do Bradesco, Octavio de Barros, agora não seria o momento para uma queda dos juros.

Padovani também defende que esta não era hora para um corte, porque a inflação está elevada e não há consenso sobre os impactos locais da crise global. Ele não vê risco de repetir 2008, por isso o ideal seria manter os juros.

A decisão do Copom foi elogiada por representantes do comércio e da indústria, mas criticada por sindicalistas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera o corte nos juros importante para que a economia enfrente o agravamento da crise. Para a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a decisão foi positiva mas insuficiente, defendendo "uma forte redução dos juros" para que o país mantenha o ritmo de crescimento.

Em nota, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) elogia o corte, mas diz que a "continuidade deste movimento depende do alinhamento Copom à política fiscal". A Força Sindical considera a decisão "extremamente tímida e insuficiente", lembrando que as cinco altas deste ano criaram um "cenário extremamente adverso à produção e à geração de empregos". ■

● FUNDO CAMBIAL FOI A MELHOR APLICAÇÃO NO MÊS, *na página 24*

Presidente fez pressão por corte

Gerson Camarotti

gcamarotti@bsb.oglobo.com.br

● BRASÍLIA. O Palácio do Planalto agiu diretamente para o Copom reduzir a Taxa Selic a 12% ao ano. Segundo interlocutores, a presidente Dilma Rousseff foi alertada de que não seria uma decisão unânime. Mas deixou claro sua posição favorável a uma redução imediata dos juros. A postura do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, foi elogiada.

Como antecipou O GLOBO na sexta-feira, o Planalto havia feito pressão interna pela redução dos juros. Internamente, a avaliação era de que o BC deveria ser ousado neste momento de cenário de recessão mundial. O movimento já era apoiado pelas principais autoridades da área econômica e por economistas com influência no Planalto, mas surpreendeu o mercado.

O aumento do superávit primário em R\$ 10 bilhões era visto por ministros como forma explícita de pressão para a redução imediata dos juros. Na viagem que fez a Pernambuco terça-feira, Dilma confidenciou que o Brasil não poderia repetir o erro de 2008, quando o BC demorou três reuniões para baixar a Selic.

Dilma está convencida de que a inflação vai ceder com o quadro de recessão global e que, por isso, o BC deveria se antecipar. Essa pressão foi fundamental para a mudança de rumo. O consenso no núcleo palaciano é que já teve início um processo de desaceleração da economia brasileira, eliminando parte do risco inflacionário.

Guido Mantega (Fazenda), Fernando Pimentel (Desenvolvimento) e Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) encamparam a pressão, com apoio de Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) e do presidente do BNDDES, Luciano Coutinho.

A TRAJETÓRIA DA SELIC

